



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



08 de outubro de 2007

Vol. 2 No. 13

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Negociações em NAMA continuam focadas em temas “não essenciais”	1
Canadá emite licença compulsória para exportação de medicamentos a Ruanda	2
NOTÍCIAS REGIONAIS	4
Assembléia Geral da ONU: Brasil defende biocombustíveis	4
BREVES INFORMES MULTILATERAIS	5
OMPI e a adoção da Agenda do Desenvolvimento: desafios à frente	5
Painel da OMC examinará reclamação dos EUA contra violações chinesas a direitos de propriedade intelectual	6
BREVES INFORMES REGIONAIS	6
Costa Rica é o primeiro país a realizar referendo sobre Tratado de Livre Comércio	6
União Européia concede indicação geográfica a café colombiano	8
EVENTOS	8
Fóruns Multilaterais	8
Fóruns Regionais	9
INFORMAÇÕES ÚTEIS	10

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Negociações em NAMA continuam focadas em temas “não essenciais”

Apesar do aviso do presidente do comitê de negociações de que o tempo para os Membros chegarem a um acordo está acabando, as negociações da Rodada Doha para a liberalização do comércio de bens industriais continuam a avançar a passos de tartaruga.

A principal razão disto parece ser o impasse nas negociações de subsídios e cortes tarifários em agricultura. Don Stephenson, Embaixador canadense e presidente das negociações de acesso a mercado de bens não agrícolas (NAMA, sigla em inglês), afirmou, em 1º de outubro, que muitos Membros indicaram que não irão negociar a fórmula para o cálculo de reduções tarifárias industriais antes de haver sinais de progresso significativo nas negociações agrícolas.

A agricultura não é o único problema: Há grandes divergências quanto às posições dos Membros em relação a NAMA, fato evidenciado em julho passado quando Don Stephenson publicou seu primeiro texto para um potencial acordo. Muitos Membros – entre eles Brasil, Índia, Argentina e África do Sul – criticaram o texto por demandar cortes tarifários demasiadamente altos de países em desenvolvimento (PEDs).

Assim, nas últimas semanas o presidente das negociações tem focado em assuntos secundários e menos controversos.

Cobertura de produtos é confusa

Um dos assuntos “não essenciais” discutido no momento é a lista de produtos que serão atingidos pela liberalização em NAMA. A determinação de um produto manufaturado não é tão simples quanto parece. O Japão, por exemplo, classifica a alga marinha comestível como um produto industrial, mesmo que outros Membros a considerem um produto agrícola. A Suíça, por sua vez, considera os peixes utilizados para alimentação de gado como um bem agrícola, mesmo

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

que produtos derivados de pescado sejam normalmente classificados como produtos manufaturados. Os dois países desejam preservar tais anomalias, pois isto permite a conservação, na maior medida possível, de níveis de proteção existentes.

Há maiores sinais de flexibilidade no que tange ao tratamento especial para PEDs que apresentam tarifas consolidadas para menos de 35% de suas linhas tarifárias industriais. Esses 12 Membros, conhecidos como grupo de países do “Parágrafo 6” (em referência à seção do mandato negociador), que inclui Nigéria, Ilhas Maurício, Sri Lanka e Quênia mostraram-se insatisfeitos com o requerimento estabelecido no texto inicial de consolidação de 90% de suas linhas tarifárias em 28.5%. Para eles, um limite razoável seria de 70%.

Novos Membros pedem mais “suavidade”

Outro grupo que alega merecer uma redução mais suave para suas tarifas é o grupo dos Membros recentemente incorporados (RAMs, sigla em inglês). Esses países desejam receber compensações pela extensiva liberalização que tiverem de implementar para fazer parte da OMC.

Apenas 4 países RAMs serão obrigados a aplicar a fórmula de redução tarifária: China, Croácia, Oman e Taiwan. O fato da China ser um grande exportador e possuir um mercado lucrativo faz com que demais Membros hesitem em conceder flexibilidades extensas aos RAMs. As últimas demandas do grupo foram recebidas friamente pela maioria dos Membros da OMC. Os RAMs solicitavam: (I) coeficiente uma vez e meia mais alto que aquele concedido aos PEDs em geral; (II) liberdade para proteger (parcial ou inteiramente) mais linhas tarifárias de cortes; (III) períodos mais longos de implementação; e (IV) período de graça antes de começarem a reduzir suas tarifas.

Na semana passada, o grupo suavizou sua posição e apresentou uma versão na qual escolhem não mais que dois tipos de flexibilidade (i.e. um coeficiente mais alto e a possibilidade de submeter mais de 10% de suas linhas tarifárias a apenas metade dos cortes normais). Muitos Membros, entretanto, mostram preocupações em relação às flexibilidades perseguidas pelos RAMs.

Mecanismos de facilitação de barreiras não-tarifárias

Durante reunião ocorrida em 1º de outubro, o comitê de negociações também discutiu uma proposta de texto para um novo mecanismo de facilitação que solucionaria problemas relacionados a barreiras não tarifárias (BNTs) que afetam o comércio de bens. A

proposta (TN/MA/W/88) foi importante por ter sido apoiada por vários Membros da OMC: União Européia, grupo NAMA-11, Canadá, Nova Zelândia, Grupo Africano, grupo de PMDRs, Paquistão e Suíça.

A proposta circulada em julho passado lembra que BNTs (como, por exemplo, requerimentos de classificação para roupas) podem negar oportunidades de acesso a mercados e, portanto, é importante criar um mecanismo que ajude os Membros a encontrar “soluções comerciais mutuamente aceitáveis, tanto a exportadores quanto a importadores.”

O documento estabelece um processo com diferentes fases, as quais foram explicadas pelo Embaixador indiano ao público. A primeira, uma fase de perguntas e respostas, permitiria que os Membros discutissem os problemas advindos de BNTs. Membros que fossem solicitados a facilitar uma BNT em particular teriam até 20 dias para responder às questões por escrito (este número ainda deve ser discutido). As fases subseqüentes – se ambas as partes estiverem de acordo – seriam a nomeação do facilitador e a mediação do desacordo. Finalmente, a proposta prevê que os procedimentos devem ser finalizados em até 60 dias após a nomeação do facilitador.

Apesar de os EUA terem questionado a necessidade de um novo mecanismo para lidar com BNTs, eles apresentaram uma versão informal modificada da proposta de facilitação, que propõe que a fase inicial de esclarecimentos dure 60 dias, e não 20. Nova Zelândia, Paquistão e Venezuela rejeitaram o texto apresentado pelos EUA.

Não resta muito tempo

Don Stephenson afirmou que continuará a reunir-se com pequenos grupos de Membros e espera, a partir destas contribuições, revisar seu texto. Ele acrescentou que os delegados têm, realisticamente, por volta de um mês para entregar suas contribuições. Sem um acordo sobre as modalidades de NAMA e agricultura até o final deste ano, as negociações da Rodada Doha correm o risco de fracassarem.

Tradução a adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade New Digest* Vol. 11, N. 33.

Canadá emite licença compulsória para exportação de medicamentos a Ruanda

Na última semana de setembro, Ruanda deu um passo importante: tornou-se a primeira nação a utilizar o procedimento da OMC que permite que países em

desenvolvimento (PEDs) e países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) importem medicamentos patenteados a custos reduzidos. Isto só foi possível porque Canadá emitiu uma licença compulsória que autoriza a produção genérica e posterior exportação ao país africano de medicamentos utilizados no tratamento contra a AIDS.

Richard Elliot, Diretor Executivo da *Canadian HIV/AIDS Legal Network*, afirmou que este é um grande passo internacional, pois permite que o Canadá ofereça ao menos um medicamento a baixo custo a um país em necessidade. Ele observa, contudo, que o Canadá iniciou os procedimentos legais para tornar tais exportações possíveis há mais de três anos e chamou atenção para a necessidade de simplificar o processo, de forma a torná-lo mais eficiente.

O Escritório de Propriedade Intelectual do Canadá (CIPO, sigla em inglês) permitiu que a grande empresa farmacêutica de genéricos, Apotex, produza e distribua 260.000 pacotes de *Apo-Triavir* a baixo custo para as autoridades sanitárias de Ruanda. Isso é suficiente para tratar 21.000 pacientes por ano.

O delegado de Ruanda na OMC, Edouard Bizumuremyi, afirmou estar muito satisfeito com o desenvolvimento do processo e que Ruanda esperava por isso há muito tempo.

A autorização veio após a notificação de Ruanda à OMC, feita em julho, na qual o país africano declarou seu interesse em importar essa quantidade de medicamento do Canadá. O país tornou-se, assim, o primeiro a tentar importar genéricos de acordo com o procedimento estabelecido pela OMC. O procedimento foi fortemente criticado por ser demasiado complexo.

OMC e saúde

O Acordo da OMC sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) permite que os Membros da Organização emitam licenças compulsórias em circunstâncias específicas, entre elas emergências nacionais relacionadas à saúde pública. A licença compulsória suspende os direitos patentários sobre determinado produto e abre caminho para a produção de genéricos a baixo custo. O Acordo TRIPS, no entanto, determina que os produtos produzidos nestas circunstâncias devem objetivar “predominantemente” as necessidades do mercado doméstico, o que barra a exportação a países que não possuem uma base farmacêutica industrial nacional.

Para solucionar esta questão, os Membros da OMC concordaram, em agosto de 2003, que os países mais

pobres poderiam importar versões genéricas de medicamentos produzidos em outros países de acordo com uma licença compulsória. Esta decisão foi formalizada por meio de uma emenda ao Acordo TRIPS em dezembro de 2005. As críticas à decisão alegavam que as exigências administrativas eram tão complexas que nenhum país tentara utilizar essa medida (ver PONTES Quinzenal, 24 de janeiro de 2006, http://www.ictsd.org/pont_quinze/06-01-24/artig2.htm).

Cerca de quatro anos após a “Decisão de 30 de Agosto”, Ruanda notificou o Conselho de TRIPS de sua intenção de fazer uso do mecanismo.

O Canadá foi um dos primeiros países a responder à Decisão de 30 de Agosto e, assim, abriu caminho para a exportação de versões genéricas de medicamentos. Internamente, isto foi possível por meio do Regime Canadense de Acesso a Medicamentos (CAMR, sigla em inglês).

O Regime Canadense de Acesso a Medicamentos

A princípio, grupos canadenses relacionados à saúde criticaram o CAMR por estabelecer provisões ainda mais complexas do que a OMC. O CAMR exige, por exemplo, aprovação regulatória das autoridades canadenses, e não somente da Organização Mundial de Saúde (OMS).

O CAMR passou a funcionar, efetivamente, em 19 de setembro, quando o comissário de patentes do Canadá, Murray Lewis, concedeu à *Apotex* uma licença compulsória para fabricar e exportar *Apo-Triavir*, uma combinação de dose fixada de três componentes patenteados pelas empresas *Glaxo Smith Kline* (GSK), *Shire* e *Boehringer Ingelheim*. A licença é válida por dois anos e restringe-se ao fornecimento de 260.000 pacotes do medicamento exclusivamente para Ruanda.

Em resposta às críticas dos ativistas da área de saúde, o comissário de patentes descreveu o processo realizado pelo Canadá como sendo “o mais simples possível”. Formulários “auto-explicativos” encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do escritório de patentes.

Nem todos estão satisfeitos

Para a organização *Canadian HIV/AIDS Legal Network*, um dos principais obstáculos do mecanismo diz respeito às negociações. Um potencial produtor de genéricos deve, primeiramente, negociar uma licença voluntária com o detentor da patente. A possibilidade de emissão de uma licença compulsória só será considerada 30 dias após o fracasso das negociações,

o que pode gerar atrasos fatais ao país que necessita do medicamento.. Ademais, a exigência de negociação prévia abre caminho para que o Estado receptor dos produtos genéricos seja pressionado pela empresa detentora da patente.

Elie Betito, diretor da *Apotex*, criticou severamente o CAMR e afirmou que o processo não faz sentido se o objetivo final é salvar vidas.

Ele afirmou, ainda, que as tentativas da *Apotex* de negociar licenças voluntárias estenderam-se por mais de um ano, até que a notificação de Ruanda à OMC possibilitou que o sistema canadense de licença compulsória tivesse início.

Após a solicitação de Ruanda, tanto a GSK quanto a *Shire* abriram mão de seu direito à taxa reduzida de *royalties*, determinada com base na posição do país africano no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU. A GSK, no entanto, questionou o uso da marca *Apo-Triavir*, alegando que poderia ser confundido com o *Trizivir*, sua marca de combinação de dose fixa. O comissário de patentes não concordou.

A *Apotex* afirmou que a cartela do genérico custará US\$ 0,405. Nos EUA, o preço é US\$ 20. A tendência é que este preço caia ainda mais, à medida em que a produção dos ingredientes ativos aumente.

O Canadá precisa notificar o Conselho de TRIPS de sua intenção de exportar o medicamento para Ruanda e detalhar informações sobre a licença, a quantidade e o ano de duração. A *Apotex* cabe criar um *site* que forneça informações sobre a quantidade de medicamento e as características que o diferenciem – embalagem, forma ou cor – do medicamento patenteado, com o objetivo de garantir que o genérico não seja desviado ilegalmente para outros mercados.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly*, v. 11, n. 32, 26 set. 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Assembléia Geral da ONU: Brasil defende biocombustíveis

Entre os dias 25 de setembro e 03 de outubro, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou os debates gerais da 62ª sessão de sua Assembléia Geral (AG), em Nova Iorque.

As sessões da AG são realizadas anualmente e, durante os debates gerais, os representantes de todos os Membros da ONU discursam sobre suas principais preocupações e reivindicações no cenário internacional.

O foco dos debates gerais desta última sessão foram: (i) mudanças climáticas; (ii) financiamento do desenvolvimento; (iii) eliminação da pobreza; (iv) combate ao terrorismo; e (v) reforma da ONU. O Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, afirmou estar satisfeito com a disposição dos países na busca por soluções para o problema ambiental. Ele também pediu a união entre as nações por uma ONU mais forte.

Tradicionalmente, o Brasil é o primeiro país a discursar na abertura dos debates gerais da AG. Este ano, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva iniciou seu discurso em defesa do meio ambiente e ressaltou a necessidade de maiores esforços na busca de soluções para o problema das mudanças climáticas. Lula concordou com a urgência com a qual o assunto deve ser tratado, mas lembrou que, para que o mundo altere sua relação irresponsável com o meio ambiente, é preciso “modificar a natureza das relações entre o desenvolvimento e a justiça social”. O Presidente brasileiro ressaltou, ainda, que para salvar o patrimônio comum, “impõe-se uma nova e mais equilibrada repartição das riquezas”, seja no plano interno dos Estados, seja no plano internacional.

Lula também cobrou maior empenho dos países desenvolvidos (PDs), que devem dar o exemplo no cumprimento dos compromissos estabelecidos pelo Protocolo de Quioto. Ressaltou a importância da universalização da adesão ao Protocolo e a necessidade de metas mais ambiciosas para 2012. Nem por isso, entretanto, deixou de chamar atenção às responsabilidades dos países em desenvolvimento (PEDs). Neste sentido, Lula afirmou que o Brasil deverá lançar, em breve, um Plano Nacional de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.

Luiz Inácio Lula da Silva lembrou os Membros da AG de que é necessário respeitar as limitações e capacidades dos países mais pobres. Assim como outros representantes de PEDs e países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs), Lula lembrou que os países mais pobres precisam de ajuda para combater as mudanças climáticas.

O Presidente brasileiro ressaltou, ainda, que o país tem desenvolvido-se no campo ambiental. Lembrou que nos últimos anos, o Brasil reduziu a menos da metade o desmatamento da Amazônia, o que foi resultado de maiores e melhores ações estatais na região. Lula afirmou que o Brasil não abdica de sua soberania e nem de sua responsabilidade sobre a Amazônia.

Ainda sobre a degradação do meio ambiente, Lula propôs a realização da Rio+20, uma nova Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento que o Brasil propõe-se a sediar em 2012.

Lula aproveitou o momento de preocupação internacional com as mudanças climáticas para defender os biocombustíveis como a nova matriz de fontes energéticas, necessárias para alterar os padrões de produção e consumo da humanidade.

O discurso de Lula lembrou que essa nova fonte de energia reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa e destacou que, no Brasil, o crescimento da utilização do etanol nas últimas décadas evitou a emissão de 644 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. Lula afirmou, ainda, que os biocombustíveis podem ser mais do que uma alternativa de energia limpa, pois eles proporcionam autonomia energética sem necessidade de altos investimentos. Ademais, os biocombustíveis geram empregos e renda e favorecem a agricultura familiar. Finalmente, podem gerar excedentes para a exportação e contribuir para um maior equilíbrio da balança comercial dos PEDs.

Lula defendeu os biocombustíveis a ponto de assegurar que a produção de etanol no Brasil nos últimos 30 anos não afeta a segurança alimentar, já que a cana-de-açúcar ocupa apenas 1% das terras agricultáveis brasileiras. afirmou, portanto, ser plenamente possível combinar biocombustíveis, preservação ambiental e produção de alimentos. Por fim, Lula garantiu que a produção brasileira de biocombustíveis irá respeitar condições sociais e ambientais. Para tanto, declarou que os "biocombustíveis brasileiros estarão presentes no mercado mundial com um selo que garanta suas qualidades sócio-laborais e ambientais".

Por fim, o Presidente brasileiro aproveitou para destacar que a Rodada Doha da OMC deve promover um efetivo pacto pelo desenvolvimento. A Rodada deve garantir a existência de regras justas e equilibradas para o comércio internacional. Lula aproveitou para declarar sua desaprovação quanto aos exorbitantes subsídios agrícolas que perpetuam a dependência e o subdesenvolvimento.

Lula finalizou seu discurso na ONU com a afirmação de que as Nações Unidas são o melhor instrumento para enfrentar os atuais desafios mundiais e que é importante que temas relativos a meio ambiente, biocombustíveis e comércio sejam discutidos no âmbito da Organização.

Fontes consultadas:

ONU. *Developing countries need help to fight climate change, officials tell UN*. 03 out. 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/ga/news/news.asp?NewsID=24171&Cr=general&Cr1=debate>>. Acesso em: 05 out. 2007.

ONU. Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na 62ª Assembléia Geral. 25 set. 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/ga/62/2007/pdfs/brazil-orig.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2007.

BREVES INFORMES MULTILATERAIS

OMPI e a adoção da Agenda do Desenvolvimento: desafios à frente

Os Membros da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) adotaram, em 28 de setembro, a Agenda do Desenvolvimento. Juntamente com ela, uma série de propostas de reformas foram aprovadas, cujo objetivo é colocar as preocupações desenvolvimentistas no centro dos trabalhos da Instituição.

Defensores da Agenda afirmam que ela tem um imenso potencial para promover transferência de tecnologia e estreitar diferenças digitais. A Agenda também pode ajudar países em desenvolvimento (PEDs) a empreender políticas de propriedade intelectual (PI) que melhor respondam às prioridades nacionais de inovação, acesso e desenvolvimento industrial.

Logo após a conferência anual da OMPI, Guilherme Patriota, ministro conselheiro da missão brasileira em Genebra, afirmou que a Agenda de Desenvolvimento dava novo fôlego às reformas da OMPI. O Embaixador argentino, Alberto Dumont, referiu-se à ocasião como um dia importante na vida da Organização e acrescentou que o bloco de 15 PEDs (que inclui o Brasil) que apoiaram fortemente a Agenda estava muito satisfeito com o resultado.

Ainda há, entretanto, muito a ser discutido quanto à efetiva implementação da Agenda. O grande foco das atuais discussões são os recursos orçamentários que serão utilizados nesta cruzada.

Novo Comitê sobre Desenvolvimento e PI

A Assembléia Geral aprovou o estabelecimento de um Comitê sobre Desenvolvimento e Propriedade Intelectual e deu-lhe a tarefa de implementar 45 recomendações relacionadas a reformas orientadas para o desenvolvimento, sobre as quais houve consenso durante as negociações que conduziram à adoção da Agenda. O novo comitê substitui o Comitê Provisório de Propostas Relacionadas à Agenda de Desenvolvimento da OMPI (PCDA, sigla em inglês) (ver PONTES Quinzenal, 2 de julho de 2007, http://www.ictsd.org/pont_quinze/07-07-02/art2.htm).

De modo geral, as 45 propostas pedem que a OMPI responda melhor aos interesses e necessidades dos PEDs, que constituem a vasta maioria dos 184 Membros da Organização. As propostas defendem que a proteção à propriedade intelectual consiga atingir um equilíbrio entre os interesses de todas as partes envolvidas – não somente daqueles que detêm patentes e direitos de reprodução, mas também dos que usam medicamentos ou *software* livres.

As recomendações abordam temas controversos, tais como o estabelecimento de normas, no âmbito da OMPI, que reflitam os diferentes níveis de desenvolvimento de seus Membros e a ampliação do foco da instituição, de modo a tratar de temas como domínio público, concorrência e acesso a conhecimento. Sugere-se, ainda, que a assistência técnica da OMPI, acusada de ser fortemente dirigida pelo Secretariado da Organização e por países desenvolvidos (PDs), seja reformada de modo a responder as necessidades dos países receptores. Várias das propostas pedem que a OMPI promova a implementação de flexibilidades existentes em acordos internacionais.

O Comitê de Desenvolvimento e Propriedade Intelectual irá reunir-se em duas sessões de cinco dias em 2008, período durante o qual deve desenvolver um programa de trabalho para as 45 recomendações, bem como monitorar e debater sua implementação em outros órgãos da OMPI.

O Embaixador argentino reconheceu que a implementação da Agenda levará tempo e uma medida considerável de vontade política. Ele enfatizou que as discussões sobre desenvolvimento não devem ser restritas ao comitê recentemente estabelecido e acrescentou que o impacto da Agenda repercutirá não somente na OMPI, mas também em outras instituições, como a Organização Mundial de Saúde (OMS).

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly*, v. 11, n. 33, 3 out. 2007.

Painel da OMC examinará reclamação dos EUA contra violações chinesas a direitos de propriedade intelectual

No dia 25 de setembro, a OMC estabeleceu um painel que investigará as alegações dos Estados Unidos da América (EUA) de que a China viola direitos de propriedade intelectual (PI), além de manter barreiras comerciais a livros, música e outros bens protegidos por direitos autorais. Washington também alega que o sistema legal chinês permite a existência de um grande comércio de produtos piratas, pois a sanção a estas atividades não passa de uma mera multa administrativa.

Os EUA alegam, ainda, que as políticas chinesas de combate às infrações de direitos de PI são muito fracas. Outro problema abordado refere-se ao fato de que a China não concede proteção a direitos autorais enquanto não houver autorização por parte da censura para publicação e distribuição das obras no país. Para os EUA, isto incentiva a prática da pirataria, além de configurar tratamento diferenciado às obras produzidas localmente.

Durante reunião do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC, um oficial estadunidense reconheceu que a China havia tentado melhorar a proteção e a aplicação de direitos de PI, mas afirmou que a mera tentativa não foi suficiente. Ainda de acordo com ele, as discussões bilaterais levadas a cabo pelos dois países não resultaram em uma solução plausível. A disputa teve início em abril deste ano.

A missão chinesa na OMC afirmou ao jornal *China Daily* que a legislação chinesa encontra-se em total acordo com as regras da OMC.

De acordo com tais regras, os painelistas têm 6 meses para publicarem sua decisão, a partir de sua nomeação.

Tradução de artigo publicado originalmente em *Bridges Weekly Trade News Digest* Vol. 11 No. 32, 26 set. 2007

BREVES INFORMES REGIONAIS

Costa Rica é o primeiro país a realizar referendo sobre Tratado de Livre Comércio

Pela primeira vez na história, um país irá decidir por meio de referendo se ratifica ou não um Tratado de

Livre Comércio (TLC). A Costa Rica é o único país que ainda não ratificou o Acordo de Livre Comércio da América Central e República Dominicana com os Estados Unidos da América (CAFTA-DR, sigla em inglês), implementado em 2006 por Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e República Dominicana.

Ocorrido no dia 7 de outubro, o referendo animou debates em grande parte do país. Não seria exagero afirmar que o referendo dividiu a Costa Rica, haja visto o resultado publicado na última pesquisa de opinião (3 de outubro, jornal *Al Día*) mostrava que 50,8% dos costa-riquenhos eram contra o TLC e 49,8% eram favoráveis.

‘Suicídio coletivo’

Com sua popularidade fortemente abalada por um escândalo ocorrido no final de julho –quando foi divulgado um documento de autoria do Vice-presidente Kevin Casas recomendando a promoção de uma “estratégia de medo” para convencer os eleitores a apoiar o tratado –, o Presidente Oscar Arias defendeu a aprovação do TLC. Seu argumento mais forte foi que atrairia investimentos e empregos.

Apoiado principalmente por grandes empresários, Arias foi contundente ao afirmar que se tratava de uma oportunidade pela qual “uma série de países esperam”, e que não ratificar o TLC seria “suicídio político”.

O outro lado: impactos esperados sobre a área de saúde e alimentação

A Câmara de Empresários Pró-Costa Rica avaliou que, ao entrarem em vigor, as regras do CAFTA-DR terão um forte impacto sobre os fundos destinados ao Seguro Social da Costa Rica. Segundo o presidente desta organização, Román Macaya, a extensão do período de exclusividade da patente de 20 para 25 anos prevista no TLC teria impactos sobre a produção de genéricos no país e afetaria diretamente o preço dos medicamentos distribuídos pela rede pública de saúde. Hoje, os porto-riquenhos recebem cobertura universal de saúde.

O deputado José Joaquín Salazar, do Partido *Acción Ciudadana*, preferiu chamar atenção para os efeitos nocivos que a aprovação do CAFTA traria para a segurança alimentar da Costa Rica. O país importa 540 mil toneladas de milho, produto cujo preço aumentou em 127% entre agosto de 2006 e maio de 2007. Para os produtores de aves de curral, esse aumento representou um gasto adicional de US\$1,1 milhão por mês, o que gerou o aumento dos preços de produtos avícolas. Salazar avaliou, ainda, que o impacto global do TLC sobre o setor agropecuário seria alarmante:

seriam perdidos cerca de 38.000 empregos no setor de laticínios e de carne bovina, 20.000 no setor avícola, 14.500 no setor de grãos e 12.500 no setor de carne suína. Tudo resultado da entrada de produtos estrangeiros mais baratos no país.

Agitação pré-referendo

No dia 30 de setembro, foi realizado um protesto contra o CAFTA-DR em San José que contou com cerca de 100.000 participantes, número notável num país de 4 milhões de habitantes. Os manifestantes rejeitavam a aprovação do TLC por acreditar que ele seria responsável pela inundação do país com produtos agrícolas estrangeiros e pelo aumento do desemprego.

Por outro lado, numa clara tentativa de pressionar por uma decisão favorável ao CAFTA-DR, a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, afirmou, 3 dias antes do referendo, ser “difícil imaginar que qualquer outra administração dos EUA renegocie o atual acordo ou negocie um novo convênio com a Costa Rica se este tratado for rejeitado. A oportunidade da Costa Rica desfrutar dos benefícios do acordo comercial regional é agora”.

O resultado

Às 22:45 de ontem, os números mostraram um resultado apertado: 782.014 eleitores (51,62%) votaram a favor do TLC e 732.984 (48,38%) contra. A participação do eleitorado costa-riquenho chegou a 60,05% (1.514.998 eleitores), segundo o jornal *Al Día*.

Após a Divulgação do resultado, o Presidente Óscar Arias disse estar satisfeito com o apoio popular ao TLC. Arias deve começar a buscar acordos legislativos com os principais grupos políticos do país a partir de hoje.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Câmara de Empresários Pro-Costa Rica. Disponível em: <<http://empresariosprocostarica.com/tlc-nivel2.htm>>. Acesso em: 5 de out. de 2007.

Página do Referendo no Jornal *Al Día*: <<http://www.aldia.co.cr/hoy/>>

Tratado de Livre Comércio República Dominicana – América Central – Estados Unidos. Assembléia Legislativa da Costa Rica. Disponível em <<http://www.asamblea.go.cr/tlc/tlc.htm>>. Acesso em: 5 de out. 2007.

Bilaterals.org. “Costa Rica: Con el TLC la caja no va a poder comprar las medicinas para toda la población”. Disponível em: <www.bilaterals.org/article-print.php?id_article=9525>. Acesso em: 5 de out. de 2007.

Bilaterals.org. “Huge crowds in Costa Rica protest US pact”. Disponível em: <www.bilaterals.org/article-print.php?id_article=9793>. Acesso em: 5 de out. de 2007.

Bilaterals.org. “Costa Rica: Con el TLC el país perderá la soberanía alimentaria”. Disponível em: <www.bilaterals.org/article-print.php?id_article=9546>. Acesso em: 5 de out. de 2007.

União Européia concede indicação geográfica a café colombiano

No último dia 27 de setembro, a União Européia (UE) concedeu oficialmente o certificado de Indicação Geográfica Protegida (IGP) ao grão de café colombiano. A nova regulamentação passou a valer no território europeu desde 3 de outubro. Esta é a primeira vez que a UE concede esse tipo de tratamento a um produto não europeu.

A certificação foi entregue à Federação Nacional de Cafeteiros da Colômbia (Federação) em cerimônia especial em Bruxelas. Trata-se de uma decisão da Comissão Européia que acatou o pedido feito pelo governo colombiano em 2006 para que o café da região tivesse sua indicação de origem reconhecida.

O certificado IGP faz parte de um sistema criado pela UE em 1992 para promover e proteger a indicação de origem de produtos amplamente reconhecidos por sua qualidade decorrente exatamente do fato de serem originários de uma determinada região. Este sistema também inclui os certificados de Denominação de Origem Protegida (DOP) e Especialidade Tradicional Garantida (ETG).

O reconhecimento IGP é concedido a produtos de especial prestígio por sua qualidade e/ou tradição. Tratam-se de produtos cujas etapas de produção, transformação ou elaboração, realizadas com conhecimentos reconhecidos e comprovados, estão vinculadas a uma determinada zona geográfica. Esses produtos possuem uma identidade regional particularmente forte, o que corresponde a uma vantagem competitiva em relação aos demais produtos do gênero, pois a referência a uma determinada indicação geográfica garante a qualidade e a reputação do produto.

A marca *Café de Colombia* agora integra uma lista de cerca de 800 produtos cuja identidade está tão ligada à região nas quais são produzidos que somente os produtores da região podem utilizar a marca. Dessa forma, para que um grão de café entre no mercado europeu como café colombiano, este deverá atestar sua origem por meio do certificado IGP, concedido apenas aos produtores de café na Colômbia integrantes da Federação.

O café da Colômbia é produzido por um grupo local de produtores de café que corresponde a cerca de 566 mil famílias e 22% dos trabalhadores empregados no setor agrícola do país.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

União Européia. Regulamento da Comissão n. 1050/2007. Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:240:0007:01:EN:HTML>>. Acesso em: 06 out. 2007.

União Européia. *Publication of an application pursuant to Article 6(2) of Council Regulation (EC) No 510/2006 on the protection of geographical indications and designations of origin for agricultural products and foodstuffs*. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/en/oj/2006/c_320/c_320061228en00170020.pdf>. Acesso em: 06 out. 2007.

Federación Nacional de Cafeteros de Colombia. “Un hecho histórico para un producto de un país no miembro: Café de Colombia se tomó Bruselas para recibir sello de *Indicación Geográfica Protegida* de la EU”. 27 set. 2007. Disponível em: <<http://mailin.cafedecolombia.com/productivo/Inscripc.nsf/792337e17cf5a4f605256d51008185f3/bc67b3a2f11cb8e005257363005c0552?OpenDocument>>. Acesso em: 06 out. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

08 de outubro

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Empresas

Estatais de Comércio
Reunião do Comitê sobre licenciamento à importação

09 de outubro
Reunião do Conselho Geral

11 de outubro
Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento
– 4ª sessão sobre ajuda ao comércio

15 de outubro
Reunião do Comitê sobre Acesso a Mercados

15 e 16 de outubro
Medidas sanitárias e fitossanitárias – *Workshop* sobre
transparência

17 e 19 de outubro
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais
– Peru

18 e 19 de outubro
Reunião do Comitê de Medidas Sanitárias e
Fitossanitárias

19 de outubro
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Comércio e
Transferência de Tecnologia

22 e 23 de outubro
Reunião do Comitê sobre Práticas Anti-dumping

22 de outubro
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intlItemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>>.

15 de outubro
Processo preparatório para a UNCTAD XII
Local: Genebra, Suíça.

16 de outubro
Lançamento do Relatório Mundial sobre Investimentos
2007
Local: Genebra, Suíça.

16 e 17 de outubro
Reunião de Especialistas sobre a participação dos

países em desenvolvimento nos novos e dinâmicos
setores do comércio mundial: a dimensão sul-sul
Local: Genebra, Suíça.

18 e 19 de outubro
Reunião de especialistas sobre a crescente
participação das pequenas e médias empresas dos
países em desenvolvimento nas cadeias globais de
valor
Local: Bangladesh.

22 de outubro a 09 de novembro
Curso de treinamento sobre as principais questões da
agenda econômica internacional
Local: Dakar, Senegal.

Banco Mundial

Informações:
<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,enableDHL:TRUE~HIPK:961926~menuPK:34482~pagePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>>.

20 a 22 de outubro
Encontros anuais do Banco Mundial e do Fundo
Monetário Internacional
Local: Washington, EUA.

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:
<<http://www.mrree.gub.uy/mercosur/CalendarioReuniones/PPTUCalendarioReuniones.asp>>.

09 a 11 de outubro
94ª Reunião Ordinária da Comissão de Comércio do
Mercosul
Local: Montevideu, Uruguai.

16 a 19 de outubro
56ª Reunião Ordinária do Comitê Técnico n. 3
Local: Montevideu, Uruguai.

22 e 23 de outubro
12ª Reunião do Grupo *Ad Hoc* de Especialistas
FOCEM
Local: Montevideu, Uruguai.

22 a 26 de outubro
29ª Reunião do Sub-Grupo de Trabalho n. 11
Local: Montevideu, Uruguai.

22 a 26 de outubro
50ª Reunião do Comitê Técnico n. 02 de Assuntos Aduaneiros
Reunião Ordinária do Grupo Ad Hoc para o Código Aduaneiro do Mercosul
Reunião do Grupo de Trabalho sobre Empresas Estata
Local: Montevidéu, Uruguai.

OCDE

Informações:
<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

10 de outubro
Reunião do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento

11 e 12 de outubro
Conferência Anual sobre Soluções para a Sustentabilidade
Local: Londres, Reino Unido.

18 a 19 de outubro
Conferência "Economia alimentar: questões globais e desafios"
Local: Haia, Holanda.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Brasil pressiona OMC pela eliminação de tarifas de importação sobre o etanol

No dia 4 de outubro, o Brasil apresentou à OMC proposta de inclusão do etanol na lista de bens ambientais. O objetivo é pressionar a Organização pela eliminação de tarifas de importação sobre o biocombustível, pois o debate sobre o tema não tem evoluído na OMC. Atualmente, as exportações do etanol brasileiro ocorrem mediante pagamento de altos impostos para entrada nos mercados estadunidense e europeu.

OSC estabelece painel: Panamá e Colômbia

O Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC aceitou, em 2 de outubro, a solicitação panamenha para o estabelecimento de um Painel Arbitral sobre a controvérsia comercial entre este país e a Colômbia. A problemática teve início quando a Colômbia estabeleceu preços indicativos e restrições dos portos de entrada sobre a importação de mercadorias procedentes da Zona de Livre Colón. O Panamá considera que as medidas colombianas anulam as vantagens panamenhas resultantes do GATT de 1994 e do Acordo sobre Valoração Aduaneira. Com base

neste argumento, o governo panamenho apresentou, em 12 de julho, uma solicitação de consultas com a Colômbia, processo que foi realizado sem maiores impedimentos, mas que não encontrou uma solução mutuamente satisfatória. Está marcada para 22 de outubro a segunda reunião do Grupo Especial do OSC para dar andamento ao Painel.

Países do Mercosul elevam TEC de tecidos, confecções e calçados

O Diário Oficial da União publicou, em 28 de setembro, resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) que eleva a alíquota do imposto de importação de calçados e confecções de 20% para 35% e de tecidos de 18% para 26%. Além disso, a resolução também eleva a lista de exceção à Tarifa Externa Comum (TEC). Desde o começo do ano, as entidades representativas desses setores reivindicam o aumento da alíquota. A Nova Lista de Exceções pode ser acessada em:
<<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/tec/TecListaExcecoes.zip>>.

Adiada novamente votação sobre ingresso venezuelano no Mercosul

Após adiar a votação sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul devido à agitação política gerada pelas declarações de Hugo Chávez em relação ao Congresso brasileiro, a Câmara dos Deputados decidiu, em 27 de setembro, adiar novamente a votação, desta vez para 24 de outubro. A justificativa foi a necessidade de atualização das informações técnicas sobre o país, que, de acordo com o líder do PSDB na Câmara, o deputado Arnaldo Madeira, são imprescindíveis para a análise.

OCDE publica relatório que avalia desempenho econômico mexicano

Publicado em 4 de outubro, o relatório da OCDE intitulado *Economic Survey of Mexico* apresenta uma avaliação positiva da performance macroeconômica do México, resultado principalmente de reformas passadas. O documento define como o maior desafio para o país a elevação do patamar de crescimento econômico, a fim de reduzir as disparidades sociais que o separam das nações mais ricas que compõem a OCDE. O conteúdo do relatório pode ser acessado em:
<http://www.oecd.org/document/9/0,3343,en_2649_201185_39412873_1_1_1_1,00.html>.

Relatório da OMC faz avaliação positiva da economia de Gabão e Camarões

O Secretariado da OMC publicou, em 1 de outubro de 2007, relatórios que apresentam uma avaliação

positiva do cenário econômico no Gabão e nos Camarões, como resultado das reformas econômicas realizadas nos últimos cinco anos e do aumento do preço do petróleo. Acesse o conteúdo integral dos relatórios em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tp_r_e/tp288_e.htm.

FAO lança plataforma de “e-agricultura” para desenvolvimento rural

A Organização para Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) lançou, em 28 de setembro, um site interativo sobre agricultura, no qual é possível trocar experiências, opiniões e boas práticas. O objetivo é promover o desenvolvimento da agricultura sustentável e da segurança alimentar. A plataforma de “e-agricultura” pode ser acessada em: <http://www.e-agriculture.org/>.

Brasil cai em ranking sobre corrupção

A ONG Transparência Internacional publicou, em 26 de setembro, ranking sobre corrupção que leva em conta a percepção de especialistas e empresários sobre diversos países. O *2007 Corruption Perceptions Index* (CPI) atribuiu notas que variaram de 0 (mais corruptos) a 10 (menos corruptos). De acordo com os critérios da ONG, o Brasil ficou na 72ª posição em 2007, duas posições abaixo em comparação ao ano anterior. Para visualizar o ranking na íntegra, acesse: <http://www.transparency.org/content/download/24104/360217>.

Chamada de trabalhos sobre implicações sociais, políticas e ambientais de TRCs

A *Public Law Review*, periódico editado pelos estudantes da *Saint Louis University Law School*, lançou chamada de trabalhos para o simpósio “*The Changing Tide of Trade: Social, Political and Environmental Implications of Regional Trade Agreements*”, que será realizado em 2008. Os trabalhos devem examinar os efeitos de tratados regionais de comércio (TRCs) sob uma das seguintes perspectivas: i) TRCs em contexto legal, econômico e político; ii) implicações dos TRCs: questões de justiça social, desenvolvimento e direitos humanos; iii) implicações dos TRCs: questões ambientais, trabalhistas e outros temas sociais. Os trabalhos podem ser submetidos na forma de resumos (de, no mínimo, 300 palavras) ou de trabalhos finalizados, e devem ser enviados, no formato Word ou PDF, até 17 de dezembro, ao Editor da Revista (email: fwrigley@slu.edu). Para maiores informações, acesse o site da Universidade: <http://law.slu.edu/journals/plr.html>.

Palestra sobre eleições norte-americanas

O Departamento de Ciência Política da USP realizará, em 9 de outubro, palestra com o Prof. Stanley Gacek, da *Harvard University*, sobre “A política externa e as eleições presidenciais norte-americanas”. A palestra será realizada às 10h00, na sala 8 do Departamento, localizado na Avenida Professor Luciano Gualberto, 315 - 2º andar, Cidade Universitária, São Paulo.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

